



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 044/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00032 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública - SSP

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMSP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de informação acerca de ocorrências de morte decorrente de intervenção policial, informando o batalhão nos quais estão lotados os policiais envolvidos, no período de janeiro de 2017 e novembro de 2022. Atendimento parcial. Razões de fato para a recusa parcial do acesso pretendido indicadas. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 044/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em referência.
2. Em resposta o órgão informou que os dados estavam disponíveis para consulta em formato eletrônico e indicou os endereços para realização da consulta. Em recurso o órgão reiterou a resposta inicial e esclareceu que: *"Referente aos nomes e Batalhões onde estão trabalhando os policiais, esclarecemos que é dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais"*. Insatisfeito, o solicitante apresentou apelo revisional cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão forneceu ao interessado o endereço eletrônico onde as informações sem restrição de acesso estão disponibilizadas e indicou as razões de fato da recusa parcial do acesso pretendido, em conformidade com as disposições legais vigentes, em especial a proteção de documentos, dados e informações pessoais a que se refere o artigo 35 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
4. Considerando que o órgão atendeu parcialmente a demanda e indicou as razões de fato da recusa parcial do acesso pretendido, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, II, e artigo 31, §1º, II, da Lei federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), de 18 de novembro de 2011, c/c o artigo 35 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do referido Decreto nº 58.052/2012, com alterações posteriores.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 18/01/2023 às 16:29:18.

CGEDES202300894A

SIGA

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público